

## DECLARAÇÃO

Carlos Miguel Ribeiro Amorim, com endereço electrónico [carlos\\_m\\_amorim@yahoo.com](mailto:carlos_m_amorim@yahoo.com), contacto telefónico 227849405/917662825 e número de Bilhete de Identidade 12527881, autoriza a reprodução integral da sua Tese de Mestrado em Ciências do Ambiente “*Ordenamento e Planeamento Ambiental de Zona Costeira: Balanços e Perspectivas*”, orientada pela Professora Doutora Helena Granja e concluída no ano de 2009, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 23 de Maio de 2009

---

Carlos Miguel Ribeiro Amorim

## Agradecimentos

À Professora Helena Granja, pela disponibilidade, orientação e apoio prestado, bem como pela confiança que depositou em mim, dando-me a oportunidade de abraçar um projecto que foi ao mesmo tempo aliciante e um desafio.

Aos meus colegas do Mestrado em Ciências do Ambiente, que me permitiram expandir os meus horizontes de conhecimento, pela amizade que nos une e pelo apoio e motivação constantes.

À minha família, em especial aos meus pais, pelos valores que me inculcaram, pelo apoio e amizade constantes, sem os quais não teria sido possível este projecto. Obrigado por estarem sempre presentes.

À Eunice pela amizade e apoio incondicional.



Título:

Ordenamento e Planeamento Ambiental de Zona Costeira: Balanços e Perspectivas

Desde sempre o Homem se fixou nas zonas mais próximas da costa. O mar sempre funcionou como um reservatório de alimento e uma via de comunicação por excelência, permitindo a descoberta de novas civilizações e de novos mundos. Com o desenvolvimento da sociedade moderna, a ocupação do litoral foi-se acentuando cada vez mais. A fuga das populações do interior para a costa, o estabelecimento de comunidades cada vez maiores ao longo da orla marítima e crescente interesse turístico associado ao litoral e às actividades náuticas levaram a um aumento desenfreado das pressões sobre a zona costeira. Estas pressões alteraram, em algumas situações, de forma irreversível, as zonas costeiras a nível mundial, tendo manifestos impactos ambientais negativos não só sobre os ecossistemas marítimos mas também sobre os processos naturais de dinâmica costeira. Com a introdução da ideia de desenvolvimento sustentável tornou-se necessário tomar medidas de protecção da zona costeira. Nos últimos anos, têm sido criados planos, ferramentas e figuras legais que regulamentam o uso da zona costeira, tentando minimizar os efeitos das alterações passadas, bem como diminuir o impacto de intervenções futuras. Nesta tese será feita uma análise do ordenamento do território enquanto ferramenta na manutenção da integridade da zona costeira e destacada a sua importância no processo de desenvolvimento sustentável. Os principais factores responsáveis pela degradação costeira, bem como os conceitos associados à zona costeira e ao seu ordenamento serão apresentados e analisados. Serão analisadas as principais figuras legais relativas ao ordenamento e planeamento do território, bem como os principais planos nacionais de actuação com relevância para a zona costeira. Será também feita uma abordagem ao ordenamento dos ambientes naturais e explicada a sua importância para a zona costeira. Será feita uma análise ao caso concreto da revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Vila Nova de Gaia, comparando este plano com o Plano de Ordenamento de Orla Costeira (POOC) de Caminha-Espinho. Por fim, será feita uma análise das perspectivas futuras para o ordenamento da zona costeira.

Palavras-chave: planeamento; ordenamento; ambiente; desenvolvimento sustentável; zona costeira.

Title:

Environmental Coastal Zone Planning: Balance and Perspectives

Mankind has always inhabited coastal zones. Throughout the times, the sea has functioned as a food reservoir and an excellent communication pathway, allowing the discovery of new worlds and civilizations. With modern society development, coastal land occupation has increased more and more. Population exodus from the hinterlands to the coastal zones, associated with the increasing coastal tourism has increased pressures in these environments. These pressures have changed, sometimes irreversibly, coastal zones all over the world, producing negative impacts not only on marine ecosystems but also on coastal natural processes. With the introduction of the sustainable development concept, the need to protect coastal zones has become a priority. During the past years, a set of policies and plans have been created with the goal of decreasing those impacts and protect the environments.

Throughout this thesis, the coastal zone planning and its role as a tool in the sustainable development process will be an object of analysis. Coastal zone and other related concepts will be presented, as well as the main legal figures that will be analyzed.

In this context, the Vila Nova de Gaia PDM will be analyzed and presented as an example of coastal planning practices.

Finally, a balance of past, present and future actions of coastal zones planning will be done.

Keywords: planning; environment; coastal zone; sustainable development.

## Índice

	Página
1. Introdução	1
1.1 O ordenamento do território, o planeamento do território e o desenvolvimento territorial	1
1.2 Conceitos associados	3
1.3 Princípios, objectivos e características do ordenamento do território	6
1.4 O Ordenamento em Portugal – Perspectiva histórica	12
2. Zona Costeira e outros Conceitos	15
2.1 Zona Costeira	15
2.2 Recurso Costeiro	17
2.3 Gestão Costeira e Gestão Integrada de Zona Costeira (ICZM)	19
2.4 Capacidade de Carga	22
3. Legislação Portuguesa: apresentação e análise	24
3.1 Lei nº48/98, de 11 de Agosto: Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU); Decreto-Lei nº380/99, de 22 de Setembro	24
3.1.1 Os âmbitos de actuação	25
3.1.2 Participação pública	26
3.1.3 A execução dos planos	35
3.1.4 Aprovação, alteração e suspensão dos instrumentos de gestão	36
3.1.5 Acompanhamento permanente e avaliação técnica	38
3.1.6 A necessidade de revisão do número de instrumentos de gestão territorial	40
3.2 Lei de Bases do Ambiente	45
3.3 O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	49
3.3.1 Os problemas do ordenamento do território	50

3.3.2 Os desafios do ordenamento do território	54
3.3.3 As soluções para os problemas do ordenamento do território	56
3.3.4 As medidas positivas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	57
3.4 Os projectos de interesse nacional – PIN e PIN+	59
3.5 Considerações finais	61
4. A Zona Costeira e os Planos	63
4.1 O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)	63
4.2 A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	64
4.3 Bases para a Estratégia de Gestão Integrada de Zona Costeira (GIZC)	66
4.4 A Estratégia Nacional para o Mar (ENM)	68
4.5 Plano de acção para o Litoral 2007-2013	70
4.6 Plano operacional Norte 2015	73
4.7 Considerações finais	76
5. A Zona Costeira de Vila Nova de Gaia: balanços e perspectivas	78
5.1 Breve caracterização do Concelho de Vila Nova de Gaia	78
5.2 O Plano de Ordenamento de Orla Costeira Caminha-Espinho e a revisão do Plano Director Municipal (PDM)	80
5.2.1 O POOC Caminha-Espinho: princípios e principais orientações	81
5.2.2 A transposição do POOC para a revisão do PDM de Vila Nova de Gaia	93
5.2.3 Outras medidas previstas para o litoral de Gaia	97
5.3 Balanços e Perspectivas	98
5.4 Considerações finais	100
6. Conclusão	102
Bibliografia	105
Anexos	112

## Listagem de Abreviaturas

- APC – Área de Protecção Costeira
- CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
- CEOT – Carta Europeia do Ordenamento do Território
- CIAM – Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar
- DL – Decreto-Lei
- ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- ENM – Estratégia Nacional para o Mar
- EU – União Europeia
- GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto
- GEE – Gases de Efeito de Estufa
- GIZC (ICZM) – Gestão Integrada de Zona Costeira (Integrated Coastal Zone Management)
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- IGA – Inspecção-Geral do Ambiente
- IGAOT – Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território
- LADA – Lei de Acesso aos Documentos Administrativos
- LBOTU – Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo
- LOICZ – Land-Ocean Interactions in the Coastal Zone
- MA – Ministério do Ambiente
- MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- MARN – Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais
- MESA – Ministério do Equipamento Social e Ambiente
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG – Organização Não Governamental
- ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente
- PANCD – Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação
- PDM – Plano Director Municipal

- PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
- PIENDS – Plano de Intervenção da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- PIN – Projecto de Potencial Interesse Nacional
- PIN + - Projecto de Potencial Interesse Nacional de Importância Estratégica
- PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
- PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas
- PNPOT – Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território
- POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
- PP – Plano de Pormenor
- PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
- PROTAL – Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve
- PROTALI – Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano
- PROTAM – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho
- PROTAMIL – Plano Regional de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa
- PROZAG – Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Albufeiras de Agueira, Coiço e Fronhas
- PROZEA – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Alqueva
- PROZED – Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente do Douro
- PROZOM – Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore
- PU – Plano de Urbanização
- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
- RAN – Reserva Agrícola Nacional
- RCM – Resolução do Conselho de Ministros
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- SEA – Secretaria de Estado do Ambiente
- SEPNA – Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente
- UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
- WCDE – World Commission for the Environmental Development

- ZC – Zona Costeira
- ZEE – Zona Económica Exclusiva

## Índice de Figuras e Tabelas

	Página
<b>Figura 1:</b> Limites administrativos das freguesias do Conselho de Vila Nova de Gaia	79
<b>Figura 2:</b> Situação actual da praia da Granja	94
<b>Figura 3:</b> Pormenor do litoral da Madalena	96
<b>Tabela 1:</b> Resumo das acções permitidas, interditas e excepções para as áreas classificadas em APC	85